

JUSTIFICATIVA

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19.21.0286.0005025/2023-92 INEXIGIBILIDADE Nº 01/2023

CONTRATADO: THOMPSON TREINAMENTOS EM ANÁLISE COMPORTAMENTAL LTDA,
CNPJ nº CNPJ 36.756.920/0001-81

OBJETO: Contratação de empresa especializada na realização de curso de capacitação com a temática “TÉCNICAS DE ENTREVISTAS, INTERROGATÓRIOS E DETECÇÃO DE MENTIRAS” para membros do MPPI.

BASE LEGAL: Art. 25, II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

1- Hipótese de inexigibilidade de licitação

Os casos de financiamento de cursos para treinamento e ou aperfeiçoamento de pessoal, seja técnico-administrativo, seja membro são instruídos através de inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, II e art. 13, VI, da Lei nº 8666/93, conforme já pacificou a AGU e o TCU:

PORTARIA Nº 382, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2018 (Altera a Orientação Normativa nº 18, de 1º de abril de 2009.)

Art. 1º A Orientação Normativa nº 18, de 1º de abril de 2009, de caráter obrigatório a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"CONTRATA-SE POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO COM FUNDAMENTO NO ART. 25, CAPUT OU INCISO II, DA LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993, PESSOAS NATURAIS E JURÍDICAS PARA MINISTRAR CURSOS FECHADOS PARA TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL OU A INSCRIÇÃO EM CURSOS ABERTOS.

O ART. 25, CAPUT, COMO FUNDAMENTO, IMPÕE A CONSTATAÇÃO DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO POR AUSÊNCIA DE CRITÉRIO OBJETIVO DE SELEÇÃO OU POR EXCLUSIVIDADE DO OBJETO PERSEGUIDO PELA ADMINISTRAÇÃO, MEDIANTE ROBUSTA INSTRUÇÃO DOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, SEM PREJUÍZO DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE AINDA MAIORES POR PARTE DOS ÓRGÃOS COMPETENTES.

A MOTIVAÇÃO LEGAL COM BASE NO ART. 25, INCISO II, DA LEI Nº 8.666, DE 1993, EXIGE A IDENTIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO E DA SINGULARIDADE DO CURSO.

INDEXAÇÃO: TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL. CONTRATAÇÃO. PESSOAS NATURAIS E JURÍDICAS. CURSOS FECHADOS OU INSCRIÇÃO EM CURSOS ABERTOS.

REFERÊNCIA: Parecer nº 97/2017/DECOR/CGU/AGU; Parecer nº 98/2017/DECOR/CGU/AGU; e, Despacho nº 976/2018/GAB/CGU/AGU; art. 25, caput e inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993."(NR)

- Assunto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. DOU de 23.07.1998, segundo o qual

consignou-se "considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com inciso VI do art. 13 de Lei nº 8.666/93" (item 1, TC- 000.830/1998, Acórdão nº 439/1998-Plenário).

2- Requisitos legais para a regularidade da contratação direta

I- Processo administrativo instruído com a solicitação de curso de capacitação com a temática "TÉCNICAS DE ENTREVISTAS, INTERROGATÓRIOS E DETECÇÃO DE MENTIRAS" para membros do MPPI. (INEXIGIBILIDADE Nº 01/2023), (0410285), acompanhada da proposta da empresa e conteúdo programático do curso (0410661);

II-Justificativa que contemple: a justificativa de preço e a razão de escolha do fornecedor (art. 26, parágrafo único, II e III da Lei nº 8666/93) em virtude de sua notória especialização (art. 25, II, da Lei nº 8666/93).

A justificativa de preço se fez a partir da constatação pela autoridade administrativa de que o preço a ser pago ao contratado encontra-se compatível com os preços praticados pela empresa para outros órgãos públicos, conforme documentos anexados aos autos (contrato/empenhos e notas fiscais) (0410736)(0410741)(0410762)(0410766)(0410771)(0410773)(0410782)(0410793) contratações do mesmo curso por outros órgão públicos;

Já as razões de escolha do fornecedor devem ser contempladas através da demonstração a notória especialização da entidade a ser contratada, tendo em vista a qualidade do(s) palestrante(s) que ministrará(ão) o curso, conforme se verifica na programação do curso/proposta anexada aos autos no documento (0410661).

As contratações pelo ART. 25, INCISO II, DA LEI Nº 8.666 se caracterizam por serem serviço de natureza singular, técnico-profissional especializado, uma vez que as características que definem a singularidade e os serviços técnicos profissionais especializados são subjetivos, não podendo ser definidos de forma objetiva ou que permita a realização de comparação, pois a verificação da expertise é pessoal, particular o que impossibilita o cotejo de serviços singulares, sendo portanto, a competição inviável.

3- Justificativa acerca da singularidade do serviço a ser prestado através do curso ou treinamento, bem como sua compatibilidade com o programa ou plano institucional de capacitação do servidor/membro. Impende que a singularidade não significa que o serviço seja único, exclusivo ou raro, mas que detenha alto grau de complexidade e/ou "expertise" que se adéque ao interesse público do MPPI (TCU. Acórdão nº 85/1997 – Plenário).

A justificativa da singularidade, em suma, diz respeito não ao fornecedor, mas aos temas que serão tratados no curso ou treinamento e sua compatibilidade com as funções exercidas pelo servidor ou membro.

4- Comprovante de regularidade fisco-previdenciária do fornecedor do curso ou treinamento (0418097)(0418101).

5- Comprovante de disponibilidade orçamentária e financeira (0420584) e (0420862).

6- Conclusão

Ante o exposto, esta Comissão Permanente de Licitação manifesta-se favoravelmente pela regularidade da presente inexigibilidade de licitação para a contratação da empresa THOMPSON TREINAMENTOS EM ANÁLISE COMPORTAMENTAL LTDA, CNPJ nº CNPJ 36.756.920/0001-81, no valor de R\$ 35.680,00 (trinta e cinco mil, seiscentos e oitenta reais), com fulcro no art. 25, II, c/c art. 13, VI, ambos da Lei n. 8.666/93.

Por último, é importante que se realize um planejamento administrativo, no sentido de que a emissão do empenho seja realizada antes do início do curso ou treinamento, sob pena de violação à Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei nº 4.320/64, a qual deverá ser acatada pela Procuradoria Geral de Justiça.

Ana Larissa Moura de Almeida
Presidente da CPL B

Afranio Oliveira da Silva
Membro CPL B

Rosangela da Silva Santana
Membro CPL B.



Documento assinado eletronicamente por **AFRANIO OLIVEIRA DA SILVA, Coordenador de Licitações e Contratos**, em 28/02/2023, às 09:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROSANGELA DA SILVA SANTANA, Membro de CPL**, em 28/02/2023, às 09:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANA LARISSA MOURA DE ALMEIDA, Presidente de CPL**, em 28/02/2023, às 09:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0421383** e o código CRC **738DB69B**.

1. COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

1.1. CPJ/PI

ATA DA 5ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, DO DIA 30 DE MAIO DE 2022, REALIZADA EM FORMATO HÍBRIDO.

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte dois, às 9h, no formato híbrido, reuniu-se extraordinariamente o Colégio de Procuradores de Justiça, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça **Cleandro Alves de Moura**. Presentes os Procuradores de Justiça **Antônio de Pádua Ferreira Linhares, Teresinha de Jesus Marques, Alípio de Santana Ribeiro, Ivaneide Assunção Tavares Rodrigues, Antônio Ivan e Silva, Catarina Gadêlha Malta de Moura Rufino, Lenir Gomes dos Santos Galvão, Hosaias Matos de Oliveira, Fernando Melo Ferro Gomes, Teresinha de Jesus Moura Borges Campos, Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando, Aristides Silva Pinheiro, Zélia Saraiva Lima, Clotildes Costa Carvalho, Hugo de Sousa Cardoso e Antônio de Moura Júnior**. Ausentes, justificadamente, os Procuradores de Justiça **Martha Celina de Oliveira Nunes (férias), Rosângela de Fátima Loureiro Mendes (justificativa) e Luís Francisco Ribeiro (férias)**. O Presidente cumprimentou a todos. Em seguida, verificada a existência de quórum regimental, declarou aberta a sessão. Na sequência, o Presidente submeteu à apreciação do Colegiado a discussão e aprovação da ata da 4ª sessão deliberativa extraordinária, realizada em 25 de abril de 2022. A ata foi aprovada sem retificação. O Presidente informou que não havia mais nada pautado para deliberação na presente sessão, bem como esclareceu que o único processo em tramitação no Colégio de Procuradores está com o relator, porém dentro do prazo determinado para apresentação de relatório. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente agradeceu a presença de todos, desejando uma semana e um mês de junho abençoado, e declarou encerrada a sessão, e para constar, eu, Zélia Saraiva Lima, Procuradora de Justiça e Secretária do Colégio de Procuradores de Justiça, lavrei a presente ata, que lida e aprovada vai assinada pelos presentes. Teresina, 30 de maio de dois mil e vinte dois.

2. SECRETARIA GERAL

2.1. ATOS PGJ

ATO PGJ/PI Nº 1216/2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 12, de 18/12/1993, e considerando o disposto no Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA SEI nº 19.21.0018.0010035/2022-86,

RESOLVE

TORNAR PÚBLICO o reposicionamento do candidato Antônio Alves Pereira Netto, inscrito no CPF sob o nº 074.xxx.xxx-10, ao final da fila de aprovados no Concurso Público para Provimento de Vagas e Formação de Cadastro de Reserva em Cargo de Promotor de Justiça Substituto do Estado do Piauí, regido pelo Edital nº 1 - MP/PI, de 31 de outubro de 2018, com resultado homologado pelo Edital PGJ nº 33 - MP/PI, de 17 de maio de 2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 14 de julho de 2022.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

2.2. PORTARIAS PGJ

PORTARIA PGJ/PI Nº 2429/2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso de suas atribuições legais, considerando o Despacho contido nos autos do Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0014.0019276/2022-26,

RESOLVE

DESIGNAR o policial militar **Wellington Carlos O. de Moraes**, matrícula nº 15625, para realizar a segurança do ônibus itinerante por ocasião do evento "MP EM AÇÃO-PROCON ITINERANTE", dias 18 e 19 de julho, em Cajueiro da Praia, e nos dias 20 a 22 de julho, em Luís Correia.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 14 de julho de 2022.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 2430/2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso de suas atribuições legais, considerando o DESPACHO PGJ - 027205, contido nos autos do Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0018.0007389/2021-42,

RESOLVE

DESIGNAR a Promotora de Justiça **Cláudia Pessoa Marques da Rocha Seabra**, Chefe de Gabinete do PGJ, para assessorar este Procurador-Geral de Justiça, no período de 10 a 12 de agosto de 2022, na cidade de Gramado-RS, em evento institucional, bem como na Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNPG.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 14 de julho de 2022.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 2431/2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Dr. Cleandro Alves de Moura, no uso de suas atribuições legais e conforme art. 51 da Lei nº. 8.666/93,

RESOLVE

1- PROPÓSITO

1.1. Designar a Comissão Permanente de Licitação "B" do Ministério Público do Estado do Piauí para processar e julgar todas as CONTRATAÇÕES DIRETAS (DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO), as ADESÕES a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE OUTROS ÓRGÃOS, COMPRA PELO REGISTRO DE PREÇOS DESTE ÓRGÃO, PROCESSADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, PELO FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO MP/PI E FUNDO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR - FPROCON.

2- CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO:

2.1. A Comissão será constituída pelos seguintes membros:

Presidente: Ana Larissa Moura de Almeida

Membros: Afranio Oliveira da Silva e Rosângela da Silva Santana

SUPLENTE: Celiane Azevedo da Fonseca

3- ATRIBUIÇÕES

3.1. As atribuições da Comissão Permanente de Licitação são aquelas definidas no art. 51 da Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, no que diz respeito às contratações por dispensas, inexigibilidades de licitações, compras por adesões a ata de registro de preços de outros órgãos, compras por registro de preços deste órgão.

4- DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1. Além do Presidente da Comissão, deverão participar das reuniões de análise de propostas, no mínimo 02 (dois) membros.

4.2. Nos casos em que seja necessário conhecimento técnico específico sobre a matéria do objeto da contratação, poderá ser convocada para integrar a Comissão, pelo menos um especialista no assunto.

4.3. No desenvolvimento de suas atividades, a Comissão se reportará diretamente à Controladoria Interna e à Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça para Processos Administrativos para solicitar apoio técnico e jurídico e outras unidades ou assessorias deste órgão.

4.4. Nas ausências e impedimentos do Presidente, qualquer um dos membros responderá pela Presidência da Comissão, desde que sejam designados pelo Presidente ou por critério de votação.

5- MANDATO E VIGÊNCIA

5.1. O mandato dos membros da Comissão terá duração de 01 (um) ano, contado a partir da entrada em vigor desta Portaria.

5.2. É vedada a recondução da totalidade dos membros da Comissão Permanente de Licitação para o período subsequente.

5.3. Fica revogada a Portaria PGJ/PI nº 1621/2021.

5.4. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 14 de julho de 2022.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 2432/2022

O PROCURADORGERAL DE JUSTIÇA, **CLEANDRO ALVES DE MOURA**, no uso de suas atribuições legais, considerando a decisão proferida nos autos do Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0425.0004924/2021-61,

RESOLVE:

CONCEDER PROMOÇÃO FUNCIONAL à servidora **SUSANA MAYRA BARROSO SILVA**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Ministerial - Área Administrativa, matrícula nº 379, da Classe A, Padrão 03, para a Classe B, Padrão 04 de sua carreira, conforme artigos 16 e 17 da Lei nº 6.237, de 05 de julho de 2012, com efeitos retroativos ao dia 20 de maio de 2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 14 de julho de 2022.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 2433/2022

O PROCURADORGERAL DE JUSTIÇA, **CLEANDRO ALVES DE MOURA**, no uso de suas atribuições legais, considerando a decisão proferida nos autos do Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0425.0012359/2022-06,

RESOLVE:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL à servidora **FRANCISCO EDUARDO PEREIRA ALVES**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista Ministerial - Área Processual, matrícula nº 347, do Padrão 05, Classe B, para o Padrão 06, Classe B de sua carreira, conforme arts. 16 e 17 da Lei nº 6.237, de 05 de julho de 2012, com efeitos retroativos a 30 de junho de 2022.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 14 de julho de 2022.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 2434/2022

O PROCURADORGERAL DE JUSTIÇA, **CLEANDRO ALVES DE MOURA**, no uso de suas atribuições legais, considerando a decisão proferida nos autos do Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0425.0008891/2022-37,

RESOLVE

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao servidor **FRANCISCO CARLOS DA SILVA JÚNIOR**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Ministerial - Área Administrativa, matrícula nº 193, do Padrão 07, Classe C, para o Padrão 08, Classe C de sua carreira, com fundamento no arts. 16 e 17 da Lei nº 6.237 de 05 de julho de 2012, **com efeitos retroativos a 04 de junho de 2022.**

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 14 de julho de 2022.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 2435/2022

O PROCURADORGERAL DE JUSTIÇA, **CLEANDRO ALVES DE MOURA**, no uso de suas atribuições legais, considerando a decisão proferida nos autos do Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0425.0004910/2021-51,

RESOLVE

CONCEDER PROMOÇÃO FUNCIONAL ao servidor **SIDNEY FEITOSA DA SILVA**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista Ministerial - Área Controle Interno, matrícula nº 252, do Padrão 06, Classe B, para o Padrão 07, Classe C de sua carreira, com fundamento no arts. 16 e 17 da Lei nº 6.237 de 05 de julho de 2012, **com efeitos retroativos a 05 de junho de 2022.**

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 14 de julho de 2022.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 2436/2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, **CLEANDRO ALVES DE MOURA**, no uso das atribuições conferidas no art. 12, inciso XIV, alínea "f", da Lei Complementar Estadual nº 12/93, e nos termos do Ato PGJ nº 835/2018, alterado pelo Ato PGJ nº 1062/2021;

CONSIDERANDO a manifestação encaminhada pela Promotora de Justiça Liana Maria Melo Lages, titular da 56ª Promotoria de Justiça de Teresina, na qual declara sua suspeição por motivo de foro íntimo,

R E S O L V E

DESIGNAR o Promotor de Justiça **ELÓI PEREIRA DE SOUSA JÚNIOR**, titular da 48ª Promotoria de Justiça de Teresina, para atuar nos autos da Notícia de Fato SIMP nº 000101-426/2021.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 17 de julho de 2022.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA Nº 19.21.0286.0005025/2023-92

INEXIGIBILIDADE Nº 01/2023, art. 25, II, da Lei n. 8.666/93.

Nesta data, RATIFICO, nos termos do art. 26 da Lei nº. 8.666/93, a contratação direta, por inexigibilidade de licitação da empresa THOMPSON TREINAMENTOS EM ANÁLISE COMPORTAMENTAL LTDA, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 36.756.920/0001-81, para contratação direta, mediante inexigibilidade de licitação, de empresa especializada na realização de curso de capacitação com a temática “TÉCNICAS DE ENTREVISTAS, INTERROGATÓRIOS E DETECÇÃO DE MENTIRAS” para membros do MPPI, com embasamento legal no art. 25, II, c/c art. 13, VI, ambos da Lei nº 8.666/93, conforme justificativa apresentada pela Coordenadoria de Licitações e Contratos e Parecer, Assessor para Pareceres em Procedimentos Licitatórios e Controladoria Interna.

HUGO DE SOUSA CARDOSO
Subprocurador de Justiça Institucional



Documento assinado eletronicamente por **HUGO DE SOUSA CARDOSO**,
Subprocurador(a) de Justiça Institucional, em 09/03/2023, às 12:34, conforme art. 1º, III,
"b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador
0430536 e o código CRC **990814E7**.

AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO

AUTORIZAÇÃO DE EMPENHO GLOBAL

Autorizo emissão de nota de empenho em favor da empresa THOMPSON TREINAMENTOS EM ANÁLISE COMPORTAMENTAL LTDA, CNPJ nº 36.756.920/0001-81, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na realização de curso de capacitação com a temática “TÉCNICAS DE ENTREVISTAS, INTERROGATÓRIOS E DETECÇÃO DE MENTIRAS” para membros do MPPI. no valor de **R\$ 35.680,00 (trinta e cinco mil, seiscentos e oitenta reais)**, conforme dados abaixo:

1. EMPRESA/CONTRATADO(A)		
1.1. Nome: THOMPSON TREINAMENTOS EM ANÁLISE COMPORTAMENTAL LTDA		2. Código:
1.3. Data da proposta: 12/01/2023	1.4. Ag. 0001 c/c 65915720-9	1.5. Banco: Banco: Nu Pagamentos (260)
1.6. Endereço: Rua Veador Porto, 540/801 - torre 2, CEP 90.610-200, bairro Santana, Porto Alegre - RS		
1.7. Cidade: Porto Alegre - RS	1.8. C.N.P.J./C.P.F: 36.756.920/0001-81	
1.9. Inscrição Estadual/Municipal:		
2. DADOS DA DESPESA		
2.1. Unidade Orçamentária: 25101		
2.2. Projeto/Atividade: 2940	1. Elemento de Despesa: 3.3.90.39	2.4. FR: 500
2.5. Valor: R\$ 35.680,00 (trinta e cinco mil, seiscentos e oitenta reais)		

2.6. N.º de Parcelas:		2.7. Vencimento:		2.8. Contrato n.º: SEM CONTRATO	
2.10. Processo Administrativo n.º 19.21.0286.0005025/2023-92			2.10. Modalidade Licitação:		
2.12. Processo Dispensa:			2.12. Processo de INEXIGIBILIDADE Nº 01/2023, Art. 25, II, caput da Lei nº 8.666/93.		
3. DETALHAMENTO					
3.2. Item	3.3. Especificação	3.4. unidade	3.5 quantidade	3.6. P. Total	
-	Curso "TÉCNICAS DE ENTREVISTAS, INTERROGATÓRIOS E DETECÇÃO DE MENTIRAS" (Modalidade Presencial) com Carga Horaria de 24 horas	-	-ILIMITADA	R\$ 35.680,00	
Valor total: R\$ 35.680,00 (trinta e cinco mil, seiscientos e oitenta reais)					

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
HUGO DE SOUSA CARDOSO
Subprocurador de Justiça Institucional.



Documento assinado eletronicamente por **HUGO DE SOUSA CARDOSO**,
Subprocurador(a) de Justiça Institucional, em 09/03/2023, às 12:34, conforme art. 1º, III,
"b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador
0430631 e o código CRC **D7C1E079**.



Nota de Empenho

Encerrado até Janeiro

Identificação		
Unidade Gestora	Documento	Emissão
250101 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA (CNPJ: 05.805.924/0001-89)	2023NE00231	09/03/23
Credor	36756920000181 - THOMPSON TREINAMENTOS EM ANALISE COMPORTAMENTAL LTDA	
Valor	35.680,00 (Trinta e cinco mil e seiscentos e oitenta reais)	

Classificação	
Nota de Reserva	2023NR00221
Tipo de Reserva	PRÉ-EMPENHO
Órgão Orçamento	25 - MINISTÉRIO PÚBLICO
Unidade Orçamentária	25101 - PROCURADORIA GERAL DA JUSTIÇA
Programa de trabalho	03.128. 0013. 2940 - APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL DE MEMBROS E SERVIDORES
Identificador Exercício Fonte	1 - Recursos do Exercício Corrente
Fonte	500 - Recursos não Vinculados de Impostos
Natureza	339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Autor Emenda	0 - SEM AUTOR
Emenda Parlamentar	E0000 - Não definida
Território	TD0 - ESTADO
Plano Orçamentário	000001 - Não definido
Marcador de Fonte	0000 - Sem marcador - FR 500
Tipo de Detalhamento de Fonte	0 - SEM DETALHAMENTO
Detalhamento de Fonte	000000 - SEM DETALHAMENTO - (500.0000)
Convênio de Receita	000000 - Convênio não identificado
Convênio de Despesa	000000 - Convênio não identificado
Contrato	00000000 - SEM CONTRATO
Projetos	0 - Indefinido

Detalhamento			
Mod. Empenho	Global	Mod. Licitação	07 - Licitação Inexigível
Emb. Legal	INEXIGIBILIDADE Nº 01/2023, Art. 25, II, caput da Lei nº 8.666/93.		
Origem	1 - Origem nacional	Data Entrega	
Local Entrega		UF	Piauí
Município		Processo	19.21.0286.0005025 /2023-92
Município		Município	Teresina

Itens			
Tipo Patrimonial	Sub-item da Despesa	Classificação Complementar	Valor
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	30 - SELEÇÃO E TREINAMENTO		35.680,00

Saldo Dotação			
Créd. Disp.	Indisponível antes NE	Valor NE	Saldo após NE
114.320,00	Pré-Empenhado	35.680,00	114.320,00
		Bloqueado	0,00
			35.680,00

Observação
CEAF. EMPENHO EM FAVOR DA EMPRESA THOMPSON TREINAMENTOS EM ANÁLISE COMPORTAMENTAL LTDA (ENTREVISTA, INTERROGATORIO E DETECCAO DE MENTIRAS), CNPJ: 36.756.920/0001-81, REFERENTE CURSO TÉCNICAS DE ENTREVISTAS, INTERROGATÓRIOS E DETECÇÃO DE MENTIRAS (MODALIDADE PRESENCIAL) COM CARGA HORARIA DE 24 HORAS, PARA MEMBROS DO MPPI, INEXIGIBILIDADE Nº 01/2023, COM EMBASAMENTO LEGAL NO ART. 25, II, C/C ART. 13, VI, CAPUT DA LEI Nº 8.666/93.

Produtos				
Produto	Quantidade	Und. Fornec.	Preço Unitário	Preço Total
CURSO	1	UNIDADE	35.680,00	35.680,00
Descrição	¿TÉCNICAS DE ENTREVISTAS, INTERROGATÓRIOS E DETECÇÃO DE MENTIRAS¿ (MODALIDADE PRESENCIAL) COM CARGA HORARIA DE 24 HORAS, PARA MEMBROS DO MPPI.			

Dados de Autenticidade	
	A autenticidade deste documento pode ser verificada por meio do endereço eletrônico abaixo: https://tesouro.sefaz.pi.gov.br/SiafePI/downloadSignature?token=a90a6bcace72456485a2e5ac06f391c2

Identificação		
Unidade Gestora	Documento	Emissão
250101 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA (CNPJ: 05.805.924/0001-89)	2023NE00231	09/03/23
Credor	36756920000181 - THOMPSON TREINAMENTOS EM ANALISE COMPORTAMENTAL LTDA	
Valor	35.680,00 (Trinta e cinco mil e seiscentos e oitenta reais)	
Assinatura		

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 801/2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a solicitação contida no Procedimento de Gestão Administrativa – PGEA/SEI nº 19.21.0286.0005025/2023-92,

RESOLVE

DESIGNAR a servidora **ZÉLIA BEATRIZ MORAIS FERNANDES SOBRAL**, matrícula nº 378, para fiscalizar a execução da contratação firmada entre a Procuradoria-Geral de Justiça do Piauí, CNPJ nº 05.805.924/0001-89, e a empresa THOMPSON TREINAMENTOS EM ANÁLISE COMPORTAMENTAL LTDA, CNPJ nº 36.756.920/0001-81 (NOTA DE EMPENHO Nº 2023NE00231- PGA nº 19.21.0286.0005025/2023-92).

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 13 de março de 2023.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **CLEANDRO ALVES DE MOURA, Procurador-Geral de Justiça**, em 13/03/2023, às 14:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0432483** e o código CRC **57DF9D13**.

1. SECRETARIA GERAL

1.1. PORTARIAS PGJ/PI

PORTARIA PGJ/PI Nº 795/2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO o despacho contido no Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0431.0007856/2023-50,

R E S O L V E

DESIGNAR o servidor **ANDRÉ CASTELO BRANCO RIBEIRO**, matrícula nº 15821, para realizar vistorias nas sedes das Promotorias de Justiça, conforme especificado abaixo:

Comarca	Data
Picos, Valença do Piauí, Inhumas e Pedro II	13 e 14 de março de 2023
Água Branca, Marcos Parente, Bom Jesus e Avelino Lopes	21, 22 e 23 de março de 2023

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 13 de março de 2023.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 796/2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso das atribuições legais, e considerando o Ofício nº 8936/2023 - PJPI/TJPI/SECPRE, de origem do Presidente do TJ/PI, Desembargador HILO DE ALMEIDA SOUSA, contido no Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0378.0005941/2023-73,

R E S O L V E

INDICAR a Procuradora de Justiça **TERESINHA DE MOURA BORGES CAMPOS** e a Promotora de Justiça **JOSELISSE NUNES DE CARVALHO COSTA**, para integrarem a Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional - CEJAI/PI no Biênio 2023/2024, como representantes do Ministério Público do Estado do Piauí.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 10 de março de 2023.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 797/2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 12, inciso XIV, alínea "f", da Lei Complementar Estadual nº 12/93, em conformidade com o Ato PGJ/PI nº 1232/2022;

CONSIDERANDO o despacho contido no PGEA/SEI nº 19.21.0141.0007900/2023-11,

R E S O L V E

DESIGNAR a Promotora de Justiça **LUÍSA CYNABELLINA ASSUNÇÃO LACERDA ANDRADE**, titular da 5ª Promotoria de Justiça de Teresina, para atuar nos autos do processo nº 0830180-87.2022.8.18.0140, em trâmite na 32ª Promotoria de Justiça de Teresina, em razão de arguição de suspeição da Promotora de Justiça Flávia Gomes Cordeiro.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 13 de março de 2023.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 798/2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso de suas atribuições legais, considerando o despacho contido no Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0014.0003615/2020-56,

R E S O L V E

DESIGNAR a servidora **THAYNARA RODRIGUES ROCHA**, Assessora de Promotoria, matrícula nº 15298, para atuar como gestora do Acordo de Cooperação Técnica nº 13/2023, celebrado entre o Ministério Público do Estado do Piauí e a Polícia Civil do Piauí.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 13 de março de 2023.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 799/2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o despacho contido no Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0014.0008132/2023-17,

R E S O L V E

DESIGNAR a servidora **ALESSANDRA BRAÚNA MEIRELES**, matrícula nº 20122, para levantamento de medidas e registro fotográfico no município de Corrente-PI nos dias 20 e 21 de março de 2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 13 de março de 2023.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 800/2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o despacho contido no Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0378.0017594/2021-19,

R E S O L V E

DESIGNAR o servidor **AIRTON ALVES MENDES DE MOURA**, Chefe da Divisão de Materiais Permanente, matrícula nº 307, para atuar como gestor do Convênio firmado entre o Ministério Público do Estado do Piauí e a Polícia Militar do Estado do Piauí, conforme PGEA nº 19.21.0378.0017594/2021-19.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 13 de março de 2023.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 801/2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a solicitação contida no Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0286.0005025/2023-92,

RESOLVE

DESIGNAR a servidora **ZÉLIA BEATRIZ MORAIS FERNANDES SOBRAL**, matrícula nº 378, para fiscalizar a execução da contratação firmada entre a Procuradoria-Geral de Justiça do Piauí, CNPJ nº 05.805.924/0001-89, e a empresa THOMPSON TREINAMENTOS EM ANÁLISE COMPORTAMENTAL LTDA, CNPJ nº 36.756.920/0001-81 (NOTA DE EMPENHO Nº 2023NE00231- PGA nº 19.21.0286.0005025/2023-92).

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 13 de março de 2023.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 802/2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso de suas atribuições legais, considerando a decisão proferida nos autos do Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0425.0017175/2021-54,

RESOLVE:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao servidor **WILKSON FONTES GONCALVES**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Ministerial - Área Administrativa, matrícula nº 402, do Padrão 02, Classe A, para o Padrão 03, Classe A de sua carreira, conforme arts. 16 e 17 da Lei nº 6.237, de 05 de julho de 2012, com efeitos retroativos a 18 de fevereiro de 2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 13 de março de 2023.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 803/2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso de suas atribuições legais, considerando a decisão proferida nos autos do Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0425.0017170/2021-92,

RESOLVE:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL ao servidor **EDUARDO RIBEIRO LOPES**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Ministerial - Área Administrativa, matrícula nº 398, do Padrão 02, Classe A, para o Padrão 03, Classe A de sua carreira, conforme arts. 16 e 17 da Lei nº 6.237, de 05 de julho de 2012, com efeitos retroativos a 18 de fevereiro de 2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 13 de março de 2023.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 804/2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso de suas atribuições legais, considerando a decisão proferida nos autos do Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0425.0017174/2021-81,

RESOLVE:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL à servidora **ANA CLARA AMORIM SANTOS SOARES**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Ministerial - Área Administrativa, matrícula nº 400, do Padrão 02, Classe A, para o Padrão 03, Classe A de sua carreira, conforme arts. 16 e 17 da Lei nº 6.237, de 05 de julho de 2012, com efeitos retroativos a 18 de fevereiro de 2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 13 de março de 2023.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 805/2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso de suas atribuições legais, considerando a decisão proferida nos autos do Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0425.0017172/2021-38,

RESOLVE:

CONCEDER PROGRESSÃO FUNCIONAL à servidora **SAYARA DE SOUSA BRITO**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Ministerial - Área Administrativa, matrícula nº 399, do Padrão 02, Classe A, para o Padrão 03, Classe A de sua carreira, conforme arts. 16 e 17 da Lei nº 6.237, de 05 de julho de 2012, com efeitos retroativos a 18 de fevereiro de 2023.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 13 de março de 2023.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 806/2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o despacho contido no Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/SEI nº 19.21.0319.0027537/2022-63,

RESOLVE

DESIGNAR o servidor **AIRTON ALVES MENDES DE MOURA**, Chefe da Divisão de Materiais Permanente, matrícula nº 307, para atuar como gestor do Convênio firmado entre o Ministério Público do Estado do Piauí e a Delegacia Geral de Polícia Civil, conforme PGEA nº 19.21.0319.0027537/2022-63.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 13 de março de 2023.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 807/2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 12, inciso XIV, alínea "f", da Lei Complementar Estadual nº 12/93, em conformidade com o Ato PGJ/PI nº 1232/2022,

RESOLVE

DESIGNAR o Promotor de Justiça **GLÉCIO PAULINO SETÚBAL DA CUNHA E SILVA**, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Barras, para atuar nas audiências de atribuição da 5ª Promotoria de Justiça de Teresina, pautadas para o dia 13 de março de 2023, em substituição à Promotora de Justiça Luísa Cynobellina Assunção Lacerda Andrade.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 13 de março de 2023.

CLEANDRO ALVES DE MOURA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ/PI Nº 808/2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, CLEANDRO ALVES DE MOURA, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 12, inciso XIV, alínea "f", da Lei Complementar Estadual nº 12/93, em conformidade com o Ato PGJ/PI nº 1232/2022;



Estado do Piauí Tribunal de Contas

ContratosWeb - Recibo de Finalização

Informativo para efeito de cumprimento da IN TCE/PI Nº 06 de 16/10/2017



Órgão : FUNDO DE MOD. DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO

nº processo TCE

CW-004439/23

nº contrato

00231/2023

nº processo administrativo

19.21.0286.0005025/2023-92

procedimento origem

Inexigibilidade

objeto

contratação de profissional especializado para ministrar curso de capacitação com a temática “TÉCNICAS DE ENTREVISTAS, INTERROGATÓRIOS E DETECÇÃO DE MENTIRAS” para membros do MPPI

nome do contratado

THOMPSON TREINAMENTOS EM ANÁLISE COMPORTAMENTAL LTDA

cpf/cnpj

36.756.920/0001-81

data da assinatura

10/03/2023

valor contratado

R\$35.680,00

data do cadastro

14/03/2023

data últ. alteração

14/03/2023

		AF_12/2015						
10.29	92008	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	UN	120	26,97	33,96	3	R \$ 101,88
10.34	93044	LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 3U BRANCA 20 W, BASE E 27 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	120	6,5	8,18	6	R\$ 49,08
10.59	74131/001	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA DE EMBUTIR, EM PVC, PARA 3 DISJUNTORES TERMOMAGNETICOS MONOPOLARES SEM BARRAMENTO FORNECIMENTO E INSTALACAO	UN	18	53,31	67,12	1	R\$ 67,12
11.8	96113	FORRO EM PLACAS DE GESSO, PARA AMBIENTES COMERCIAIS. AF_05/2017_P	m²	180	23,85	30,03	110	R \$ 3.303,30
11.11	99802	LIMPEZA DE PISO CERÂMICO OU PORCELANATO COM VASSOURA A SECO. AF_04/2019	m²	1800	0,33	0,41	250	R \$ 102,50
11.22	7323	Piso tátil direcional e/ou alerta, em borracha, p/deficientes visuais, dimensões 25x25cm, aplicado, rejuntado, exclusive regularização de base	m²	9	95,45	120,19	3	R \$ 360,57
11.24	10602	Sinalização horizontal sobre piso cimentado, p a d r ã o p/deficientes,com tinta à base de resina acrilica	m²	12	11,84	14,9	2,9	R\$ 43,21
11.27	3149	Película insulfilm aplicada ou Similar	m²	120	8,13	10,23	30	R \$ 306,90
25	2450	Limpeza geral	m²	1800	1,19	1,49	250	R \$ 372,50
VALOR TOTAL R\$ 54.984,93 (cinquenta e quatro mil novecentos e oitenta e quatro reais e noventa e três centavos)								R \$ 54.984,93

Teresina, 09 de março de 2023.

6.2. TERMO DE RATIFICAÇÃO

RATIFICAÇÃO

PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA Nº19.21.0286.0005025/2023-92 INEXIGIBILIDADE Nº 01/2023,art. 25, II, da Lei n. 8.666/93.

Nesta data,RATIFICO, nos termos do art. 26 da Lei nº. 8.666/93, a contratação direta, por inexigibilidade de licitação da empresa THOMPSON TREINAMENTOS EM ANÁLISE COMPORTAMENTAL LTDA, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 36.756.920/0001-81, para contratação direta, mediante inexigibilidade de licitação, de empresa especializada na realização de curso de capacitação com a temática "TÉCNICAS DE ENTREVISTAS, INTERROGATÓRIOS E DETECÇÃO DE MENTIRAS" para membros do MPPI, com embasamento legal no art. 25, II, c/c art. 13, VI, ambos da Lei nº 8.666/93, conforme justificativa apresentada pela Coordenadoria de Licitações e Contratos e Parecer, Assessor para

Pareceres em Procedimentos Licitatórios e Controladoria Interna.

HUGO DE SOUSA CARDOSO

Subprocurador de Justiça Institucional

Teresina-PI, 09 de março de 2023.

7. GESTÃO DE PESSOAS

7.1. PORTARIAS RH/PGJ-MPPI

PORTARIA RH/PGJ-MPPI Nº 341/2023

O COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo art. 1º, do Ato PGJ nº 1173/2022, de 23 de fevereiro de 2022, e considerando o requerimento apresentado à Coordenadoria de Recursos Humanos, contido no Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA-SEI nº 19.21.0181.0007638/2023-83:

RESOLVE:

CONCEDER 06 (seis) dias de folga, nos dias **12, 13, 14, 17, 18 e 19 de abril de 2023**, à servidora **KEZIA PINHEIRO DINIZ**, Assessora de Promotoria de Justiça, matrícula nº 15197, lotada junto à 45ª Promotoria de Justiça de Teresina, nos termos do art. 7º do Ato PGJ/PI nº 1260/2023, como forma de compensação em razão do comparecimento aos Plantões Ministeriais dos dias 04/12/2020, 10/09/2022, 15/10/2022 e 21/10/2022, conforme certidão expedida pela Corregedoria- Geral do MPPI, sem que recaiam descontos sob o seu auxílio alimentação.

Teresina (PI), 09 de março de 2023.

RAIMUNDO SOARES DO NASCIMENTO NETO

Coordenador de Recursos Humanos

PORTARIA RH/PGJ-MPPI Nº 342/2023

O COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo art. 1º, do Ato PGJ nº 1173/2022, de 23 de fevereiro de 2022, e considerando o requerimento apresentado à Coordenadoria de Recursos Humanos, contido no Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA-SEI nº 19.21.0195.0007630/2023-89:

RESOLVE:

CONCEDER 02 (dois) dias de folga, nos dias **04 e 05 de abril de 2023**, à servidora **PAULA RAYANE DE SOUSA ALENCAR**, Assessora de Promotoria de Justiça, matrícula nº 15652, lotada junto à Promotoria de Justiça de Fronteiras, nos termos do art. 7º do Ato PGJ/PI nº 1260/2023, como forma de compensação em razão do comparecimento aos Plantões Ministeriais dos dias 19/12/2021 e 06/03/2022, conforme certidão expedida pela Corregedoria- Geral do MPPI, sem que recaiam descontos sob o seu auxílio alimentação.

Teresina (PI), 09 de março de 2023.

RAIMUNDO SOARES DO NASCIMENTO NETO

Coordenador de Recursos Humanos

PORTARIA RH/PGJ-MPPI Nº 343/2023

O COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo art. 1º, do Ato PGJ nº 1173/2022, de 23 de fevereiro de 2022, e considerando o requerimento apresentado à Coordenadoria de Recursos Humanos, contido no Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA-SEI nº 19.21.0329.0007633/2023-35:

RESOLVE:

CONCEDER à servidora **LARA MARIA SANTOS EULÁLIO DANTAS**, Chefe de Seção, matrícula 15833, lotada na Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, **01 (um) dia de compensação** para ser fruído no dia **17 de março de 2023**, em razão de auxílio aos Grupos Regionais de Promotorias Integradas no Acompanhamento do COVID-19, dia 15 de maio de 2020, conforme Portaria PGJ/PI nº 1023/2020, ficando assim **1/2 (meio) dia** para fruição em momento oportuno, sem que recaiam descontos sob o auxílio-alimentação.

Teresina (PI), 09 de março de 2023

RAIMUNDO SOARES DO NASCIMENTO NETO

Coordenador de Recursos Humanos

PORTARIA RH/PGJ-MPPI Nº 345/2023

O COORDENADOR DE RECURSOS HUMANOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso da atribuição que lhe foi delegada pelo art. 1º, do Ato PGJ nº 1173/2022, de 23 de fevereiro de 2022, e considerando o requerimento apresentado à Coordenadoria de Recursos Humanos, contido no Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA-SEI nº 19.21.0092.0007479/2023-85:

RESOLVE:

CONCEDER 02 (dois) dias de folga, nos dias **23 e 24 de março de 2023**, à servidora **MEG MARIA DA CONCEIÇÃO VAZ COELHO FRAGA**, Assessora de Promotoria de Justiça, matrícula nº 15840, lotada junto à 1ª Promotoria de Justiça de Luzilândia, nos termos do art. 7º do Ato PGJ/PI nº 1260/2023, como forma de compensação em razão do comparecimento aos Plantões Ministeriais dos dias 08/12/2021 e 30/01/2022, conforme certidões expedidas pela Corregedoria- Geral do MPPI, ficando **1/2 (meio) dia** para fruição em data oportuna, sem que recaiam descontos sob o seu auxílio alimentação.

Teresina, 09 de março de 2023

RAIMUNDO SOARES DO NASCIMENTO NETO

Coordenador de Recursos Humano